



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

WITÓRIA ALVES RODRIGUES

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM
SÍNDROME DE DOWN

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Witória Alves Rodrigues

Os Desafios e Perspectivas da Inclusão do Estudante com Síndrome de Down

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R696d Rodrigues, Wítoria Alves.
 Os Desafios e Perspectivas da Inclusão do Estudante com Síndrome de Down. / Wítoria Alves Rodrigues. – Miracema, TO, 2024.
 37 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.
 Orientadora : Luciane Silva de Souza

 1. Síndrome de Down. 2. Inclusão. 3. Formação continuada. 4. Educação especial. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WITÓRIA ALVES RODRIGUES

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME
DE DOWMN

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dra Luciane Silva de Souza – Orientadora - UFT.

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho – Examinador – UFT.

Prof. Esp. Letícia Apoliana Ferreira Barbosa – Examinadora – UFT.

Dedico esse trabalho a minha irmã Rebeca
Alves Pires.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo, pela força e por nunca ter me desamparado. Minha orientadora também foi fundamental no processo da escrita dessa monografia, agradeço por toda paciência, pelas palavras de afirmação, pelas cobranças e pela parceria. Mas também agradeço a mim, por não ter desistido, pois na maioria das vezes não foram encontradas forças para continuar. Mas a base primordial desse trabalho, foi minha irmã Rebeca, que tem Síndrome de Down, ela me deu forças e despertou em mim, a necessidade de se aprofundar nessa abordagem. Mas enfim, sou imensamente grata a Deus e a tudo que não me fizeram desistir. Minha irmã Teyla também, que sempre acreditou em mim e por me colocar em suas orações. e quero finalizar, agradecendo minha família, pois foram e sempre serão meu alicerce.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar as teses e dissertações do banco de dados da Capes que tratam sobre as práticas pedagógicas com crianças com Síndrome de Down. Partindo disso, vale ressaltar os três objetivos específicos que foram cruciais na escrita: levantar teses e dissertações no banco de dados da Capes, que foram defendidas desde o ano de 2020 a 2024; descrever as teses e dissertações selecionadas para análise e discutir importantes autores que trazem os conceitos, a trajetória da educação especial e que tratam das práticas pedagógicas. A partir disso, temos como questionamento: Quais os desafios e possibilidades encontrados nas teses e dissertações no banco de dados da Capes nas práticas pedagógicas com crianças com Síndrome de Down? A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva e com uma abordagem qualitativa. E com base na análise dos dados, podemos afirmar preliminarmente que é possível identificar aspectos importantes sobre como os docentes sentem e quais as dificuldades que enfrentam com a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais. Toda via, vale destacar a relevância de uma formação continuada, para uma melhor preparação nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão. Formação continuada.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the theses and dissertations in the Capes database that deal with pedagogical practices with children with Down Syndrome. Based on this, it is worth highlighting the three specific objectives that were crucial in writing: to survey theses and dissertations in the Capes database, which were defended from 2020 to 2024; to describe the theses and dissertations selected for analysis and to discuss important authors who bring the concepts, the trajectory of special education and who deal with pedagogical practices. From this, we have the following question: What are the challenges and possibilities found in the theses and dissertations in the Capes database in pedagogical practices with children with Down Syndrome? The methodology used in the work was bibliographic research, descriptive research and a qualitative approach. Based on the analysis of the data, we can preliminarily state that it is possible to identify important aspects about how teachers feel and what difficulties they face with the demands of students with special educational needs. However, it is worth highlighting the importance of ongoing training, for better preparation in pedagogical practices.

Keywords: Down Syndrome. Inclusion. Continuing training.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A HISTÓRIA DA INCLUSÃO.....	10
3	INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN.....	15
3.1	Síndrome de Down: conceitos.....	15
3.2	Inclusão do estudante com síndrome de Down	15
4	ANÁLISE DE DADOS	18
5	ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	23
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A seguinte monografia visa abordar os conceitos da Síndrome de Down e a inclusão desse sujeito na escola de ensino regular, destacando suas especificidades e suas necessidades educacionais especiais. No decorrer da escrita, houve a necessidade de adentrar em outros assuntos, como relatar a importância do contexto histórico da inclusão de um modo geral, frisando também os documentos norteadores que serviram como base para a efetivação de uma educação inclusiva e discutindo importantes autores que trazem abordagens cruciais sobre a trajetória da educação especial. Foi realizado também uma pesquisa de teses e dissertações no banco de dados da Capes, no intuito de compreender como ocorre a prática pedagógica em sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais.

A justificativa desta monografia é que, ao se deparar com os estágios e também por ter uma irmã com Síndrome de Down, despertou-me a curiosidade de realizar uma pesquisa baseada na abordagem das práticas pedagógicas com alunos com Síndrome de Down, pois de acordo com a convivência nota-se que há desafios na efetivação das legislações que garantem um ensino de qualidade para pessoas com deficiência no âmbito educacional, por conta disso, surgiu o seguinte questionamento: Quais os desafios e possibilidades encontrados nas teses e dissertações no banco de dados da Capes nas práticas pedagógicas com crianças com Síndrome de Down?

Seguindo então, o objetivo geral dessa monografia é analisar as teses e dissertações do banco de dados da Capes que tratam sobre as práticas pedagógicas com crianças com Síndrome de Down. Partindo disso, vale ressaltar os três objetivos específicos que foram cruciais na escrita: levantar teses e dissertações no banco de dados da Capes, que foram defendidas desde o ano de 2020 a 2024; descrever as teses e dissertações selecionadas para análise e discutir importantes autores que trazem os conceitos, a trajetória da educação especial e que tratam das práticas pedagógicas.

O trabalho tem como metodologia, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva e com uma abordagem qualitativa. Na pesquisa bibliográfica, foi utilizado como referencial teórico, alguns autores como, Sassaki (2003), Saviani (1992), Stratford (1997), e entre outros autores que abordam temas relacionados com a monografia. O método descritivo e qualitativo, foi baseado na análise da pesquisa no banco de dados da Capes, das teses e dissertações, utilizando uma busca avançada com temas específicos que contribuíram na construção deste trabalho.

A estrutura do trabalho foi dividida em tópicos. No primeiro, será abordado a trajetória da inclusão e como as pessoas com deficiência eram e ainda são tratadas. No segundo, a

temática é sobre os conceitos da Síndrome de Down e como é efetivada a inclusão dos discentes com Síndrome de Down, mesmo perante as legislações. O terceiro, é relatando como ocorreu a análise de dados e o que as teses e dissertações estão abordando sobre as práticas pedagógicas. A quarta, que são as considerações finais, o que retratará quais pontos fundamentais, de acordo com as expectativas que foram alcançadas após a realização de toda pesquisa. E por fim, as referências, que foram essenciais para a escrita da monografia.

2 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO

As pessoas com deficiência, ao longo da história, sofreram e ainda sofrem segregação e discriminação em todos os setores da sociedade, na área da educação não poderia ser diferente, mas isso não significa que não houve avanços na inclusão dessas pessoas. Atualmente, existem políticas públicas que garantem a inclusão, a permanência e a aprendizagem nas escolas regulares.

Na história da humanidade, pessoas com deficiência foram vistas de várias formas, sendo sujeitadas a situações que iam desde as condições de serem vistas como algo divino até métodos de correções e curas, através de torturas e sacrifícios.

Na época da civilização arcaica, encontra-se registros de como eram os métodos adotados para realizar com as pessoas com deficiência, levando na maioria das vezes à sua aniquilação. Imaginavam-se que essas pessoas deveriam ser eliminadas por representarem impedimentos para a procriação de sujeitos que eram considerados em um padrão de “normalidade”. (LORENTZ, 2006). Diante de tais atitudes, demonstra-se que essas pessoas com deficiência carregavam consigo, marcas e estigmas engendrados para serem excluídas e segregadas, sendo essas condutas justificadas por conta das ideias hegemônicas e preconceituosas.

As religiões contribuíram para que houvesse entendimento de que essas pessoas com deficiência deveriam ser vistas como pessoas com uma situação passível de cuidado e atenção, mesmo que essa perspectiva seja de um modo excludentes, por meio da criação de asilos e hospitais, pois acreditava na ideia de que essas pessoas poderiam ser curadas, tratadas ou desenvolver de alguma maneira que aproximassem do padrão de normalidade.

Como visto em relatos da Segunda Guerra Mundial, no decorrer de todos os momentos históricos até recentemente, contém registros de ações excludentes e exterminadoras de pessoas com deficiência. Esses indivíduos foram assassinados, abandonados, encarcerados e usados para experimentos e pesquisas desumanas na sociedade. De acordo com Canziani (1995), somente a partir da segunda metade do século XX, que pessoas com deficiências puderam escapar desta concepção de invalidez e passou a ser vista como pessoas aptas ou inaptas.

Lorentz, (2006), relata que a educação especial começou a ser delineada por meio do assistencialismo das clínicas e locais para o desenvolvimento das pessoas com deficiências. Nesses locais, priorizavam a necessidade de ajustar, moldar, condicionar e, ainda, almejar a cura desses indivíduos, para depois serem promovidos para a inserção na sociedade, pois

compreendiam nessa época, que era preciso preparar a pessoa com deficiência para o convívio social.

A década de 1980 foi um momento importante para as pessoas com deficiência, em especial para a construção de considerações relacionadas à sua educação, pois em 1981 foi declarado como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (forma que era denominada a pessoa com deficiência naquela época) e deu o primeiro passo para a efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Esse fato fez com que as pessoas com deficiência tivessem consciência de si mesmo e de suas condições e habilidades, possibilitando, uma organização política. (FIGUEIRA, 2008).

Somente em 1986, a expressão “alunos excepcionais” foi substituída por “alunos portadores de necessidades especiais”, conforme Bueno (1993). A partir desta apropriação das pessoas com deficiência, a sociedade desenvolveu a sua aceitação e respeito, buscando superar a ideia de que esses indivíduos deveriam superar suas diferenças, para então se inserirem no convívio social.

Aos poucos, foram crescendo o interesse de estudiosos para novas teorias da educação e a consciência de uma impossível cura para muitas deficiências e, para a construção de direitos fundamentais a partir de discursos das pessoas com deficiências. A tolerância à pessoa com deficiência também foi consubstanciada na proteção e no paternalismo da sociedade em relação a esse grupo de pessoas, por meio de declarações como a de Salamanca, em 1994, que fala sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, e as convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1996 e 1997. As lutas pelos direitos das pessoas com deficiência implicaram grandemente na construção e no delineamento da educação especial. Apesar de todo embasamento legislativo e de conquista dos direitos das pessoas com deficiência, ainda acreditavam na ideia de que era a pessoa com deficiência que precisava se adaptar à sociedade, e não a sociedade que lhe propiciaria meios de acessibilidade (PIOVESAN, 2012).

Então, somente ao fim do século XX, e início do século XXI que as pessoas com deficiência foram percebidas como ‘pessoas com direitos’, somente recentemente, mas ainda são pouco escutadas e contempladas de acordo com as legislações e suas singularidades.

A pessoa com deficiência passou e ainda passa por estigmas que são relacionadas à sua aparência ou até mesmo na sua desenvoltura, à sua maneira de se comportar e de pensar ou reproduzir o seu pensamento por meio da comunicação. Pensando no sujeito em interação com o meio de convívio, a pessoa com deficiência sofre com mais intensidade na questão da carência do contexto o qual se está inserida. São atingidos de forma que impede ou limita o

desenvolvimento, conforme as vulnerabilidades às quais estão expostas, sejam elas econômicas, culturais, sociais, entre outros.

As ações excludentes são caracterizadas pelo reflexo de uma formação carente de uma humanidade da nossa sociedade e das políticas públicas. Ainda condescendente com as diferenças e diversidades, as instituições de ensino são equilibradas entre o manejo com o público de pessoas com deficiência e das sem deficiências. Embora a realidade esteja se transformando aos poucos, ainda tem muitas pessoas com deficiência que se veem excluídas dentro da sociedade.

A educação especial foi se desenvolvendo de uma maneira a considerar as peculiaridades educacionais de cada indivíduo e teve início por meio de turmas de classes especiais. Nessas classes, pessoas com deficiência conviviam entre si, de acordo com suas idades e fases do desenvolvimento. Essa forma de educação ofertava espaço para que as turmas ocupassem o mesmo território, mas sem haver integração entre os alunos, impossibilitando o convívio mais afetivo entre as pessoas com e as sem deficiência (BUENO, 1993).

Essa forma da educação especial pretendia proteger a pessoa com deficiência e ainda dar oportunidades para o seu desenvolvimento. Todavia, essa devida proteção parecia de uma segregação ou exclusão, e por esses motivos, essa maneira de educação especial não é mais praticada na atualidade. Outra forma da educação especial foi a criação de escolas específicas e exclusivas para as pessoas com deficiência. Atualmente, essas instituições ainda existem, mas são raras.

Sassaki (1997), explica que, desde os anos de 1990, existe um esforço da sociedade para possibilitar a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência. A partir desse ideal, foi construído a ideia da educação inclusiva, na qual as pessoas com deficiência passam a conviver na mesma turma da educação regular, mas com um ensino adaptado de acordo com suas singularidades, elaborando projetos de desenvolvimento específicos para cada um indivíduo. Essa concepção favoreceu novas transformações na mentalidade social, não só em relação com a família das pessoas com deficiência, como também com todas as outras pessoas com deficiência (SASSAKI, 1997).

No entanto, houve dificuldades na trajetória da prática educacional, pois as pessoas com deficiência precisam ser compreendidas em suas individualidades, e alguns necessitam de atenção integral e exclusiva de um profissional adequado. O educador como mediador do processo educativo pode atuar de diversas formas, facilitando o processo e estimulando o desenvolvimento do indivíduo, mas podendo também causar prejuízos, como pressupor

condutas de vitimização e limitantes das pessoas com deficiência ou prejudicar o convívio entre os outros.

A educação inclusiva estimula o olhar sobre a diversidade social, que passa a ser objeto de aceitação e desejo em um novo modelo de inclusão social. Assim, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, deve haver a aceitação da diversidade social como um aspecto do direito à igualdade, sobretudo nas atuais sociedades multiculturais, nas quais a diversidade é a tônica social medular (ASSIS; POZZOLI, 2005).

Uma consideração importante para a educação da pessoa com deficiência é que ela deve ser agente condutor de sua própria autonomia, e não mero recebedor passivo de prestações alheias (FIGUEIRA, 2008). Em resumo, estes indivíduos devem ser protagonistas e condutores de seu processo de inclusão. Vale ressaltar que a verdadeira inclusão é proveniente do tratamento de respeito, da admiração e do sentimento de amor entre as pessoas, priorizando a igualdade e a aceitação plena.

A inclusão social pode ser referida a um processo no qual a sociedade se adapta para então incluir em seus sistemas sociais as diferenças e diversidades que são apresentadas pelos indivíduos, entre os quais estão as pessoas com deficiência, e ao mesmo tempo estes se preparam para assumir os seus papéis sociais. Para Sasaki (1997), a inclusão social é configurada a partir da cooperação entre pessoas com deficiência e a sociedade, com o objetivo de solucionar problemas mútuos e estabelecer equidade nas oportunidades e relações.

Para estabelecer essa troca íntegra e equânime entre os membros da sociedade, é necessário a problematização de estigmas e do engessamento de ideias que possa limitar a compreensão do outro em sua singularidade. Desse modo, a forma como as pessoas são vistas e nomeadas reflete a sua integridade, o respeito, a atuação e apropriação de uma efetiva inclusão social.

As terminologias que foram designadas para nomear as pessoas com deficiência acompanharam o desenvolvimento de sua compreensão e respeito ao longo período histórico da sociedade, pois esses indivíduos já foram apontados como aleijados, retardados, mongoloides excepcionais, entre outros.

O termo excepcional, foi utilizado nas décadas de 1950 a 1970 para se referir às pessoas com deficiência, principalmente a deficiência intelectual, mas com o desenvolvimento de estudos e práticas educativas referentes às habilidades, nas décadas de 1980 e 1990, esse devido termo passou a ser referido a pessoas com inteligência lógico-matemática abaixo da média, ou excepcionais negativos, assim como as pessoas com inteligências múltiplas acima da média, ou excepcionais positivos (SASSAKI, 2003).

Deficiente é outro termo pejorativo usado para descrever a incapacidade e ineficiência, que não deve mais ser utilizado na atualidade. Já o termo pessoas com necessidades especiais, acaba generalizando, pois compreende que idosos, gestantes, obesos e outras pessoas possam ter dificuldades para a realização de atividades, e por contemplar um grupo vasto, considerando que qualquer pessoa possa possuir alguma necessidade especial, não sendo então recomendado para se referir especificamente às pessoas com deficiência. (SASSAKI, 2003).

Outro termo que também foi bastante utilizado é o portador de deficiência na década de 1986 e 1996, que também não é adequado, já que a deficiência não é algo que possa ser portado. Portanto, o termo mais adequado para se referir a esses indivíduos é “Pessoa com Deficiência”.

Ao utilizar este termo, a pessoa primeiramente se posiciona antes da deficiência, e por mais simples que pareça, esta interferência destaca que o sujeito, mesmo com suas características singulares, é mais importante do que a sua deficiência. Por isso, é correto confirmar que existem uma diversidade de deficiências, como pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência visual, pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência intelectual, entre outras.

É importante frisar que, para haver inclusão, as pessoas e a sociedade como um todo, na coletividade, devem se propor às mudanças, ao ponto de compreender que para aceitar as diferenças e oportunizar a expansão da diversidade, deve-se atentar com as formas de comunicação. E por meio dessa relação entre as pessoas, com suas diferenças e diversidades que irá obter a criação de oportunidades, tornando-se a base para estabelecer o equilíbrio social. É por meio desse equilíbrio que se asseguram os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa enquanto sujeito individual e coletivo, assim como visto na Constituição.

3 INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN

3.1 Síndrome de Down: conceitos

A Síndrome de Down é considerada como um acidente biológico, em que a criança tem um cromossomo extra no seu organismo, fazendo com que seja conhecida também como Trissomia do Cromossomo 21, que é o responsável pela anomalia. De acordo com Stratfort (1997, p. 73), muito do que foi escrito sobre a Síndrome de Down é uma mitologia, em especial, a questão da faixa etária da mãe, pois diziam que a maioria das crianças com esta anomalia nascem de mães com idade entre os 19 a 26 anos, porém, “[...] as mulheres com mais de 40 anos têm tendência a ter filhos com anomalias cromossômicas, mas, as possibilidades de acontecer uma gestação nessa faixa etária, já são mais limitadas”. Por isso, há incidências menores nessa idade.

O nome Síndrome de Down foi dado ao acidente biológico em homenagem a John Down, primeiro cientista que pesquisou e descobriu, em 1866, no grupo de pessoas ditas comuns ou normais, que existiam pessoas com características diferentes. Ao contrário do que muitos pensam, a Síndrome de Down não é uma doença. É uma anomalia genética mais frequente em todo o mundo e está presente em todas as nacionalidades, independente de raça, cor ou classe social. É síndrome porque se refere a um conjunto de características que prejudicam, de alguma forma, o desenvolvimento da criança, a partir da gestação.

A Síndrome de Down pode aparecer em qualquer família, tendo ou não pessoas com a mesma ou outra anomalia. Encontram-se sujeitos com Síndrome de Down bastante diferentes entre si, tanto nas características físicas quanto nas patológicas. Dessa forma, pode-se inferir que também o desenvolvimento e a aprendizagem se distinguem entre os indivíduos com Down.

A ciência traz que a Síndrome de Down pode causar limitações no desenvolvimento da pessoa, podendo afetar a estrutura física e intelectual. Entretanto, a intensidade das restrições, até o momento, não pode ser definida. Assim, não se traça um limite fixo para essas pessoas.

3.2 Inclusão do estudante com síndrome de Down

A educação especial é destinada às pessoas com necessidades educacionais especiais, isto é, as que precisam de especificidades em relação aos métodos, recursos e procedimentos no ensino-aprendizagem. Dentre elas, encontram-se aquelas com Síndrome de Down, deficiência cognitiva, deficiência sensorial (auditiva e visual) ou motora, autismo, altas

habilidades/superdotação e outras. Segundo o dicionário *online* de Português (2019), inclusão é o ato de inserir um indivíduo em um grupo de pessoas. As definições ainda apontam o termo como “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão [...] Relação entre dois termos em que um faz parte da compreensão ou da continuação do outro”. Segundo Alves (2011), incluir é ter uma visão crítica do mundo, estudando-o e reconhecendo parte dele como produtor da cultura.

Um dos objetivos da inclusão é prevenir e evitar a segregação e a discriminação. Dito isso, a educação inclusiva proporciona à sociedade reflexões, transformações e a constituição de sujeitos mais tolerantes e menos excludentes.

A Declaração de Salamanca (1994), que é um dos documentos mais importantes no contexto da inclusão, serviu de base para a construção e o desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil. A inclusão da criança nas classes regulares de ensino é parte integrante dos planos nacionais de educação que proporciona a educação para todos.

Perante as legislações que garantem um ensino de qualidade para todos, na atualidade, nota-se que a inclusão dos mesmos em sala é bastante precária na prática, pois de acordo com a análise de dados apresentada nessa monografia, os docentes não se sentem preparados para um ensino qualificado para esses indivíduos. É direito das crianças e dos adolescentes terem escolas gratuitas, próximas à residência, serem respeitadas pelos profissionais da educação e tratadas com igualdade de condições para a permanência no âmbito escolar. Compreende-se que a inclusão não é uma moda da atualidade, nem está ligada apenas ao âmbito escolar. É de grande importância que os profissionais da educação recebam esses alunos sem preconceito e que valorizem as suas individualidades e as potencialidades.

Vale ressaltar que não é segregando os alunos em uma sala de aula denominada especial que ocorrerá a socialização entre os educandos. Receber a criança na escola e colocar seu nome em diário também não significa que ela está sendo incluída. É necessário trabalhar as singularidades e os preconceitos para que haja inclusão. O profissional da educação precisa conhecer para saber lidar com as diferenças. E para obter resultados satisfatórios na escola de ensino regular, é preciso dar condições para que as crianças especiais se sintam bem, no ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades. Dito isso, vale ressaltar a importância da formação continuada dos profissionais, para que possam garantir uma educação igualitária para todos, respeitando suas individualidades.

O acesso se efetiva com qualidade, desde que haja condições de estrutura física e pedagógica favorecendo o desenvolvimento das atividades curriculares e a permanência das

crianças especiais na escola. Os investimentos e as políticas públicas são necessários para o atendimento efetivo e pleno.

As mudanças de postura dos profissionais e da família contribuem com os objetivos do ensino-aprendizagem na escola. Isso perpassa pela transformação de comportamentos na educação, que acontece por meio do conhecimento, da informação e da formação adequada e continuada.

Werneck (2000) pontua que é essencial que familiares, profissionais e autoridades estudem sobre o que é escola inclusiva. O docente, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, é sujeito essencial para as discussões no âmbito pedagógico para o atendimento de qualidade para todos na sala de aula. A escola e seus profissionais precisam compreender a inclusão. A defesa dela não parte de uma obrigação, mas da efetivação de um direito constitucional para o acesso e a permanência escolar de todos, sendo a educação de qualidade.

4 ANÁLISE DE DADOS

O intuito dessa análise de dados foi realizar uma pesquisa em Teses e Dissertações que abordam temas relacionados com o tema dessa monografia e seu respectivo problema de pesquisa, no site da BDTD (Biblioteca de teses e dissertações). Utilizamos o mecanismo de filtro, na busca avançada, com todos os campos que envolvem os seguintes termos: Síndrome de Down; Síndrome de Down inclusão; Práticas Pedagógicas Síndrome de Down; Metodologias Síndrome de Down, em três etapas. Na primeira busca, utilizamos os termos: Síndrome de Down; e, Síndrome de Down inclusão. Nesta, encontramos 26 trabalhos, dentre os quais 24 Dissertações e 2 Teses. Porém, duas Dissertações estavam repetidas na base de dados. Na segunda busca, utilizamos os termos: Síndrome de Down; Síndrome de Down inclusão; e, Práticas Pedagógicas Síndrome de Down. Nesta, encontramos, 7 trabalhos, todos Dissertações, as quais aparecem na primeira busca realizada. Na terceira busca, utilizamos: Síndrome de Down; Síndrome de Down inclusão; e, Metodologia Síndrome de Down. Nesta, encontramos 13 trabalhos, entre Dissertações e Teses. Apenas uma, nesta última busca, não consta nas outras pesquisas.

A seguir, foi criada uma tabela incluindo os anos, títulos, autores, tipos de documentos e links de todos os trabalhos que foram encontrados durante a pesquisa, nas três buscas realizadas.

Tabela 1 – Levantamento de produções acadêmicas para fundamentação da discussão

Ano	Título	Autor	Tipo de documento	Link de trabalho
2021	Podcasts acessíveis sobre os aspectos educacionais e sociais da síndrome de Berardinelli e síndrome de Down.	Arthur de Medeiros Queiroz	Dissertação	https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44531
2022	O uso do Lúdico e jogos como recurso didáticos no ensino de adição para alunos com Síndrome de Down.	Camila Rayane Brito Marcelino	Dissertação	http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/1256
2020	Síndrome de Down: dois estudos de casos de juiz de fora – MG das potencialidades e obstáculos da arquitetura escolar.	Yane Santana de Almeida	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11829
2022	Metodologias no ensino de ciências para alunos com Síndrome de Down nas escolas estaduais de Goiás	Valmira dos Santos Reis	Dissertação	http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/1133
2023	Software aplicativo nitdown responde: dúvidas jurídicas sobre direito das pessoas com deficiência	Daniele Santanna da Silva	Dissertação	http://app.uff.br/riuff/handle/1/29948
2021	Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras	Gabriela Molina Moura	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/216026
2021	Caminhos, dificuldades e acertos da escola regular na inclusão de pessoas com	Camila de Valasco e Vieira	Dissertação	http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11746

	Síndrome de Down: relato de pais.			
2020	Oficinas pedagógicas: um instrumento de expressão da sexualidade de jovens com Síndrome de Down	Mirian Sinhorelli	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/192471
2021	Processo gamificado para ensino da composição fotográfica de jovens e adultos com Síndrome de Down	Niedja Ferreira Dias de Melo	Dissertação	http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1385
2021	Deficiência intelectual: uma análise das percepções dos professores de matemática sobre a Síndrome de Down	Alisson Lima Emiliano	Dissertação	http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3528
2021	História do conhecimento sobre a Síndrome de Down e suas interfaces com as compreensões de licenciados em Ciências Biológicas	Luciana Borowski Pietricoski	Tese	http://tede.unioeste.br/handle/tede/5531
2023	Práticas que incluem: o lugar das crianças com Síndrome de Down no cotidiano da educação infantil no Distrito Federal (2022-2023)	Cristiane Ferreira Alves	Dissertação	http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/47110
2022	Proposta didática para atividade curricular Educação Especial/Inclusiva, de criação de app inclusivo e potencializador da Tríade	Thália Montenegro de Andrade	Dissertação	http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15194

	Funcional da aprendizagem ao público Síndrome de Down			
2022	O direito à educação e educação inclusiva	Gilberto Ghiuro Junior	Tese	https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/25961
2023	Altas habilidades ou superdotação com Síndrome de Asperger: relato de experiências na dupla excepcionalidade em E-book	Ricardo Moreira dos Santos	Dissertação	http://app.uff.br/riuff/handle/1/29989
2021	O acolhimento parental e os processos de inclusão de crianças com deficiência no programa de educação precoce: reflexões psicanalísticas	Tatiana Studart Rodrigues Marques	Dissertação	http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45766
2021	Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Uma análise constitucional e econômica do novo art. 93-B E 93-C do projeto de lei n.º 6.159/2019	Dyego Jorge Nunes Gadelha	Dissertação	https://repositorio.cruzeirodosul.edu.br/handle/123456789/2453
2021	Ativismo em um mundo (im)perfeito: relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência	Patricia Carla Gonçalves Salvatori	Tese	https://doi.org/10.11606/T.27.2021.tde-01092021-230346
2023	Comunicação alternativa em pacientes do transtorno do espectro autista: desenvolvimento de	Renata d Costa Rebello de Mendonça	Dissertação	http://app.uff.br/riuff/handle/1/30048

	materiais para plataformas digitais			
2020	Uma proposta de capacitação para elaboração de aulas de ciências inclusivas	Suelen Estulano Marçal	Dissertação	http://ri.ufmt.br/handle/1/4666
2022	Pandemia da Covid-19: reflexões para vigilância em saúde	David Franciole de Oliveira Silva	Tese	https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/52260
2021	Trabalho remoto com crianças na educação infantil: desafios e possibilidades em tempo de pandemia	Bianca Rafaela Matos Teixeira	Dissertação	https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/62409

Fonte: Elaboração do autor

Dos trabalhos encontrados no Banco de Dados, foram utilizados na análise 08 Dissertações. Os demais trabalhos foram excluídos por não tratarem da temática abordada na monografia ou por não discutirem a área da educação ou mesmo por não se relacionarem ao problema de investigação.

5 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES

Após a montagem da tabela anterior, foi realizado um aprofundamento nas teses e dissertações encontradas para destacar abordagens relacionadas com o tema da monografia.

De acordo com o autor Arthur de Medeiros Queiroz, que escreveu uma dissertação sobre “Podcasts acessíveis sobre os aspectos educacionais e sociais da síndrome de berardinelli e síndrome de down” em 2021, destaca no seu capítulo 3 que, mesmo mediante a situação de pessoas com deficiência no Brasil, hoje esses indivíduos dispõem de um conjunto de políticas públicas, estabelecendo direitos e deveres de Estado e, que ao longo do tempo, foram se configurando e se concretizando. A visibilidade das pessoas com deficiência na sociedade é marcada pelos movimentos sociais, ocasionada, sobretudo, por volta do século XX, trazendo inúmeras contribuições na perspectiva de compreender o conceito de deficiência por meio das políticas públicas voltadas para a educação especial.

As pessoas com Síndrome de Down eram vistas como doentes, anormais, débeis, retardadas, mongoloides, pessoas portadoras de necessidades especiais, dentre tantos outros termos os quais a sociedade não superou e, portanto, eram excluídas do convívio social. A presença desses indivíduos nas salas regulares causa muitos questionamentos por todos os professores da educação, alguns por não saber lidar ou por não conseguirem colaborar no desenvolvimento e aprendizagem desse aluno. Por conta disso, se torna necessário a exigência de uma formação continuada dos profissionais da educação para se tornarem qualificados para proporcionar uma educação qualificada, não apenas para alunos com Síndrome de Down, mas para todas as pessoas com deficiências que são inseridas em um campo educacional. Para que se atinja os objetivos da educação inclusiva é necessário contemplar com espaços estruturados e adaptados às diversas necessidades, a utilização de métodos e técnicas para facilitar o ensino e aprendizagem, bem como a adaptação curricular, cujas demandas se ampliem para todas as pessoas com deficiência, principalmente elaborando-se um currículo adequado à sua individualidade.

Na prática, percebe-se que não se trata apenas de aceitar e matricular pessoas com deficiência nas salas regulares, é necessário que haja um amparo e preparo para lidar com as particularidades de cada um, e a falta da formação do docente, tem trazido consequências notáveis. E ao se referir no desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down, além de levarem mais tempo para atingir as etapas neuropsicomotoras, apresentando um ritmo de aprendizagem mais lento em relação às demais crianças de sua faixa-etária, podem apresentar

outras particularidades que tanto os profissionais da educação quanto a família precisam estar atentos, procurando estratégias e meios de desenvolvê-las.

Na dissertação de Camila Rayane Brito Marcelino, 2022, que retrata sobre “O uso do Lúdico e jogos como recurso didáticos no ensino de adição para alunos com Síndrome de Down”, aborda sobre a conscientização das particularidades de alunos com NEE, pois sabemos que todos somos diferentes um dos outros. Nos diferenciamos de outras pessoas pelo modo de agir, pensar, andar, conversar, pelos costumes, crenças e entre outros. A escola, como instituição social, tem como objetivo a transmissão e a veiculação de saberes e práticas para todos, trabalhando no sentido de romper com a exclusão e da homogeneização. A necessidade de uma prática educativa voltada à especificidade de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) contando com metodologias que contemplem esses alunos de forma individualizada, tornou-se cada vez mais necessária.

Com o objetivo de auxiliar, a inserção de recursos didáticos adaptados se torna importante no trabalho pedagógico do professor, constituindo um meio de motivação, socialização e inclusão para os alunos. Na educação de alunos com Síndrome de Down (SD), a compreensão e internalização de conceitos científicos exigem processos complexos, não sendo apenas uma memorização de informações (VYGOTSKY, 2003). Eles sentem dificuldades em se adaptar a maioria das práticas pedagógicas adotadas pelas escolas, e para tentar amenizar as dificuldades apresentadas pelos alunos, os professores devem planejar aulas com recursos que contemplem as necessidades individuais e perfil desses alunos. Alguns estudos demonstraram que existem fatores que podem minimizar ou até superar determinadas dificuldades de aprendizagem desses alunos (GUNDIM; ALMEIDA, 2007; SILVEIRA; SARAIVA, 2012).

O sucesso desses alunos, também depende do trabalho dos docentes, que precisam trazer para sua prática recursos didáticos, visto que, cada aluno possui sua particularidade e o professor deve adaptar e adequar sua prática a ela, tornando o processo de aprendizagem possível para todos (MANTOAN, 2006).

Esta dissertação estará contribuindo para ressaltar a necessidade do acompanhamento individual especializado e a importância de recursos didáticos para o ensino aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down. Concorde-se que o processo para inclusão é um trabalho árduo, que envolve a participação de todos os envolvidos, mas que para funcionar os professores precisam de condições para essa inclusão efetiva. Deve-se desenvolver atividades que possam garantir ao aluno com necessidades especiais educacionais, o direito, que é assegurado por lei, de frequentar a escola não só para a socialização, mas para que ele tenha acesso ao

conhecimento formal, respeitando suas particularidades e buscando desenvolver sua aprendizagem.

Na dissertação de Valmira dos Santos Reis, de 2022, que retrata sobre as “Metodologias no ensino de ciências para alunos com Síndrome de Down nas escolas estaduais de Goiás”, nos transmite clareza ao citar as necessidades de uma capacitação aos profissionais da educação, pois nas suas contribuições finais ela destaca que alguns docentes não estão preparados para suprir as necessidades educacionais especiais para esses indivíduos. Mesmo havendo a inclusão dos discentes com Síndrome de Down, os profissionais ainda encontram dificuldades na prática pedagógica. Com isso, nota-se a importância do apoio do professor em utilizar recursos e métodos que estimulem a prática, a vivência e o desenvolvimento desse aluno na escola. Para Silva (2002), o professor deve respeitar o ritmo de cada aluno com SD e estimulá-lo adequadamente para o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades.

Embora haja diversas legislações, documentos, resoluções e decretos ao direito à educação inclusiva, as diferenças ainda persistem, evidenciando que há uma urgência na qualificação de professores e de elaborar novas metodologias que possibilitem de fato a verdadeira inclusão nas escolas. A Educação Inclusiva é uma educação para todos, com a intenção de modificar o trajeto da exclusão, ao criar espécies, estruturas e espaços para uma variedade de educandos. Deste modo, a escola será inclusiva quando converter, não somente a rede física, mas a postura, os costumes e a mentalidade dos educadores, e da comunidade escolar num todo, para ter conhecimento de como lidar com o heterogêneo e conviver facilmente com as diferenças (BRASIL, 2006).

Para a educação especial, Sousa et al. (2017) expõem que o caminho pode ser dividido em quatro paradigmas. A primeira é chamada de fase de exclusão, onde o processo educacional é caracterizado por um período em que muitas pessoas não tinham privilégio no processo educacional e várias outras pessoas adquiriram muitas vantagens. Historicamente, neste período de exclusão, as classes sociais simplesmente ignoravam, rejeitavam, perseguiam e até exploravam essas pessoas. Na segregação as pessoas eram distanciadas da sociedade e da família, geralmente atendidas em instituições específicas por motivos religiosos ou filantrópicos, e têm pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. Foram então instituídos espaços escolares para pessoas com deficiência. Aqueles que se adaptaram foram admitidos em escolas regulares. Por conseguinte, na fase de integração, as pessoas deviam se adaptar as escolas, e não ao contrário. Ao iniciar a década de 1980, passou a existir o quarto paradigma denominado fase da inclusão, surgindo perante a necessidade de uma educação voltada a todos. Segundo Almeida (2010), a Constituição Federal de 1988 instituiu o

direito das pessoas com necessidades especiais à educação, de maneira preferencial na rede regular de ensino (inciso III, art. 208, CF 88), com o objetivo de inclusão integral dessas pessoas, em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todos por meio da educação inclusiva, nas escolas regulares, como forma de garantir o mais pleno possível direito à integração na sociedade.

A inclusão é um movimento social que recebeu muita força a partir dos anos 90, e tem como um de seus objetivos promover a igualdade em meio aos homens e a luta contra qualquer forma de discriminação. O paradigma da inclusão aparece para que todos sejam notados por suas aptidões e competências individuais, sendo, portanto, acatados como cidadãos.

Voltando ao desenvolvimento de alunos com SD, o desenvolvimento de aprendizagem desses indivíduos é lento e, por esse motivo, eles precisam de metodologias e estratégias que possam lhes proporcionar conhecimentos na forma de ensino-aprendizagem. Os alunos com NEE, principalmente os com SD, precisam que o ambiente escolar utilize metodologias adequadas que os ajudem a desenvolver seu processo de ensino e aprendizagem de forma satisfatória e significativa.

Ao analisar as obras de Vygotsky, nos faz acreditar nas diversas possibilidades e superações que desafiam os sujeitos com necessidades educacionais especiais. Para o autor, a inteligência não é inerte, mas sim um processo que pode ser desenvolvido e modificado, podendo transformar, progredir e prosperar. Vygotsky nos proporciona uma visão onde a inteligência não é inata, mas sim um processo constante de construção com o sujeito e o meio, tendo a escola como parte primordial e fundamental desse desenvolvimento. Para Vygotsky (1989, p. 47), “todas as crianças podem aprender e se desenvolver. As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do sujeito com NEE não se adequa a qualquer modelo dominante na sociedade, mas sim em um modelo de ensino pautado na organização, no comprometimento da escola com esse sujeito.

Garantir oportunidades educacionais iguais para todos os alunos é um desafio, especialmente quando se trata de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois elas requerem atenção especial e um aprendizado baseado em conteúdo adaptado às necessidades de cada indivíduo, que é o caso de alunos com Síndrome de Down (SD).

Diante disso, fica a certeza da relevância do papel do professor, juntamente com o processo de melhoria da qualidade da aprendizagem dos educandos, em especial aos com SD, com a utilização adequada de materiais didáticos para a realização de suas aulas, uma vez que se faz necessário esse trabalho sendo ele individual ou em equipe de forma coletiva, mas que

venha a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do aluno.

Conceição (2013) menciona que a força e a importância da nova Lei de Diretrizes e Bases, no que diz respeito à educação especial, não pode ser subestimada. Ela não estabelece apenas a obrigatoriedade de as pessoas com necessidades especiais frequentarem a rede regular de ensino, como também determina o serviço de apoio especializado para o atendimento das especialidades de cada aluno. E assim sendo, Mittler (2012), diz que no que se refere ao corpo docente, presume um quadro de professores qualificados para trabalhar juntamente com esses alunos especiais, que necessitam de tamanha dedicação e amor. Acredita-se que os professores devem ser sensibilizados de que é preciso eliminar a exclusão e que os desafios são necessários, a fim de que se possa avançar, progredir, evoluir nessa ação, implementando políticas amplas de mudanças em suas práticas pedagógicas.

Nessa dissertação ao relatar sobre as atividades lúdicas, nota-se o papel crucial dessas atividades no desenvolvimento de alunos com NEE, aprimorando no desenvolvimento dos potenciais humanos das crianças, oferecem qualidades apropriadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social. E do mesmo, é uma forma concreta mais fácil da criança compreender e aprender. É por meio do ato de brincar que a criança aprende os fenômenos ao seu redor e os transformam em conhecimento. Segundo Silva (2016), a criança através das brincadeiras é capaz de imaginar, imitar, inventar ou jogar de modo simbólico e, assim, ela pode desenvolver seu mundo estendendo ou aprofundando seus conhecimentos cada vez mais. Por meio do brincar a criança está aperfeiçoando a sua vontade e criando um mundo apenas seu. A ludicidade vai além do desenvolvimento real porque nela se estabelece um campo de aprendizagens que favorece a concepção de imagens, o comportamento autorregulado à criação e progressos nos processos de significação. O lúdico não deve e não pode ser aplicado de qualquer maneira, tanto para os alunos que não possuam nenhuma NEE, quanto para os que possuem NEE, aqui em específico os com SD que precisam antes de tudo ter um objetivo, um significado e um fim, ou seja, as atividades têm que ser planejadas, detalhadas e observadas para que não se saia do foco. O educando por sua vez tem uma grande responsabilidade, pois esta ferramenta deve ser desenvolvida com um fim de ensinar de uma forma que os alunos se sintam responsáveis pela aquisição de conhecimento, tais atividades não devem ser vistas apenas como uma brincadeira qualquer, mas, também, como forma de envolver e facilitar a aprendizagem. O professor precisa utilizar a ludicidade como importante fator de mediação e integração do aluno com a realidade. Se o conteúdo não for assimilado, e não for ligada a nenhuma estrutura cognitiva, cairá no esquecimento, e não terá nenhuma relevância.

Na dissertação que sobre a “Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras”, de Gabriela Molina Moura, 2021, nota-se que decorrer da sua pesquisa, ela trouxe uma abordagem significativa sobre alunos com SD, destacando todas as necessidades essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem desses indivíduos. Destacou que a educação é um dos pilares fundamentais de uma sociedade, pois é por meio dela que se formam os futuros cidadãos. Dito isso, a construção de um ambiente educacional para todos, no qual aconteça o aprendizado e se combata a exclusão, é um compromisso que o Brasil assumiu há décadas, por meio da Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, bem como pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, de 2008.

Para Mantoan (2003), todas as crianças, independentemente do tipo e grau de deficiência que possuam, devem estar presentes na escola e a sua inclusão não necessita, imediatamente, que toda a escola se prepare para recebê-las. Ao contrário, acredita que, na medida em que as recebe, aprimora sua estrutura para melhor acolhê-las. Ao se tratar da criança com síndrome de Down (SD), devido às características específicas de sua estrutura cerebral, ela apresenta atraso na aquisição da linguagem (SCHWARTZMAN, 1999), incluindo aspectos da leitura e escrita, o que prolonga o tempo de aquisição dessas habilidades. Isso implica a necessidade de um incentivo maior por parte dos docentes, a fim de auxiliar no processo de alfabetização e letramento. Assim, levando em consideração suas especificidades, e para que tenham seus direitos garantidos recebendo uma educação plena, as escolas precisam repensar a sua estrutura, currículo, estratégias de ensino, métodos, dentre outros fatores, para que a inclusão seja efetivada no contexto escolar.

Já em suas considerações finais, relatar que para Sartoretto (2006, p.273), existe em grego uma palavra que significa a possibilidade de “ver e analisar uma figura de todos os lados, sob todos os ângulos. A palavra é *épora*. Esse termo está sendo usado para definir a concepção da inclusão escolar, isto é, a possibilidade de ver, de refletir, de analisar a escola sob todos os seus aspectos”. Esse olhar para a escola nos faz refletir sobre como vem ocorrendo a alfabetização de alunos com SD no ensino regular, pois não basta apenas a legislação garantir o direito à educação, deve também assegurar o acesso e a permanência deles, levando em consideração suas especificidades, para que possam se apropriar dos conteúdos.

É importante que o professor conheça as dificuldades da própria Síndrome de Down e também possa aprender as suas características de maneira mais abrangente, para tanto, faz-se necessário capacitar-se, pois a falta destes saberes podem ser fatores determinantes para o surgimento das dificuldades, como a insegurança em relação à inclusão. O professor precisa

considerar outras dificuldades apresentadas pelos alunos com SD, tais como: dificuldades na linguagem, seu déficit intelectual, prejuízos no processamento de informações, na lateralização, hipotonia, dentre outras.

Destaca-se também a importância da estimulação, que deve acontecer desde o ensino infantil, e dos professores a terem a colaboração dos familiares e dos profissionais como: (psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, dentre outros), para que juntos possam promover o desenvolvimento emocional, físico, cognitivo e social dessas crianças.

A dissertação que aborda sobre a “Deficiência intelectual: uma análise das percepções dos professores de matemática sobre a Síndrome de Down”, de Alisson Lima Emiliano, 2021, tem como objetivo compreender as percepções dos professores de Matemática sobre o trabalho com alunos com deficiência intelectual e a síndrome de Down. Trouxe também contribuições para a reflexão da prática educativa do professor de Matemática junto aos alunos inclusos com deficiência intelectual e síndrome de Down, e também sobre a importância da formação docente nesse processo. Ficou evidente que a falta de formação e de preparo é um grande percalço no avanço da inclusão. Muitos professores que trabalharam ou trabalham com a inclusão foram em busca de especializações voltadas à educação especial, pois o acesso à informação possibilita inúmeras alternativas para o professor solucionar seus desafios e proporcionar ao seu aluno mais condições adequadas para a aprendizagem.

A inclusão tem um longo caminho a ser percorrido, pois de acordo com a pesquisa mostra que alguns professores de Matemática, com cursos de especialização na área da educação inclusiva, se sentem despreparados e não sabem como agir na prática com alunos com síndrome de Down, pela falta de experiência e desconhecimento sobre a deficiência. Os resultados apontam também que a inclusão está acontecendo, na maioria das vezes, de forma quantitativa, somente com a inserção dos alunos nas escolas, ou seja, a falta de formação, preparo e a quantidade de alunos em sala de aula são fatores que dificultam o avanço da educação inclusiva nas escolas regulares da educação básica.

Sobre as práticas pedagógicas, somente aquele docente que reflete sobre o propósito de sua aula e que leva em consideração a formação e o desenvolvimento multidimensional do aluno, no que tange ao significado de sua ação e ao diálogo, além de atentar-se às necessidades, particularidades e dificuldades desse aluno e buscar despertar e acompanhar o seu interesse estão desenvolvendo de forma positiva o ensino aprendizagem desses indivíduos com NEE.

Compreender as individualidades de cada aluno é papel da escola e de seus docentes para que tomem posturas diferenciadas e investiguem direcionamentos para o ensino com

práticas pedagógicas inclusivas. Monteiro (2015) afirma que para os docentes desenvolverem práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, eles devem compreender as particularidades dos seus alunos, para que possíveis adaptações possam ser realizadas, a partir do currículo comum a todos, alinhado às potencialidades dos alunos. No entanto, acredita-se que apenas adaptações curriculares não são suficientes para o desenvolvimento de práticas inclusivas

Os dados apresentados na dissertação, revelam que mesmo professores especializados sentem muita dificuldade em trabalhar com alunos com deficiência intelectual, devido principalmente à quantidade expressiva de discentes por classe. Compreende-se também que eles se utilizam de atividades diferenciadas apenas para o aluno com deficiência, deixando-o de lado ou privando-o das interações com a turma. Fatores como a falta de experiência, o desconhecimento sobre a deficiência e a síndrome de Down geram insegurança para o desenvolvimento do trabalho do professor com a inclusão.

A dissertação sobre as “Práticas que incluem: o lugar das crianças com Síndrome de Down no cotidiano da educação infantil no Distrito Federal (2022-2023)”, de Cristiane Ferreira Alves, 2023, traz uma análise do lugar das crianças Down nas práticas docentes da Educação Infantil. Ela reafirma que as crianças Down, assim como todas as crianças, são sujeitos históricos e de direitos, e fortalece as reflexões sobre as relações das crianças plurais e as práticas docentes numa proposta de intervenção no contexto de pesquisa como espaço democrático de encontro e de troca de saberes com a inclusão irrestrita desde a infância. Destacando que o grande desafio nas práticas docentes para o professor e para a professora é não cair em armadilhas que levam a ações que excluem pela diferença, pela deficiência, exigindo do professor e da professora dinamismo nas diferenciações, flexibilizações e Adequação Curriculares orientadas legalmente, em documentos públicos. Diante disso, emerge, frente ao conhecimento e a compreensão acerca da especificidade da Síndrome de Down, subsídios que podem auxiliar professores e professoras a pensarem e problematizarem suas práticas, levando em conta a criança real, com suas características peculiares, considerando a multiplicidade de crianças que recebe em suas salas de referências, no apelo a mudanças para atender aos novos paradigmas e à necessidade da perspectiva inclusiva irrestrita e para todos(as), sem cair em diferenciações ou estereotipificações que não incluem, quando o objetivo é incluir, e contribuir para práticas docentes que incluem irrestritamente.

A dissertação que relata sobre a “Proposta didática para atividade curricular Educação Especial/Inclusiva, de criação de app inclusivo e potencializador da Tríade Funcional da aprendizagem ao público Síndrome de Down”, de Thália Montenegro de Andrade, 2022, destaca que a educação sistemática é uma troca e, portanto, necessita tanto do professor quanto

do aluno. Contribuindo no preparo da formação docente, que deve ser, portanto, voltada a atender uma sala heterogênea, principalmente o Pedagogo que atuará com a modalidade Educação Especial. Dentre os tipos de alunos com deficiência, público-alvo da Educação Especial, a Síndrome de Down, que faz parte do grupo da Deficiência Intelectual, chamou mais a atenção por ser pouco discutida, e que requer habilidades específicas do docente para ações com vistas à inclusão escolar desse público, para isso ações didáticas efetivadas por docentes de cursos de formação inicial podem ser importantes para se ter futuros professores diferenciados.

Na pesquisa destacou-se a importância do Curso de Pedagogia nas Universidades que traz no currículo, a atividade curricular Educação Especial ou Educação Inclusiva. Nestas se forma, por meio de atividades práticas e teóricas, o futuro professor, que pode trabalhar na Educação Básica com o público Educação Especial. Assim, olhar para este estudante da graduação em formação docente é importante para mudar perspectivas no trabalho docente futuro. De acordo com Pezzini (2018, p. 17.996), os cursos de Licenciaturas necessitam agregar “[...] saberes da educação especial como pressuposto viabilizador para o desenvolvimento e aprimoramento do processo de escolarização dos educandos com deficiência”, como uma prerrogativa legal para o desenvolvimento dos processos inclusivos na Universidade e na Educação Básica. Salienta-se que não se pode esquecer que a Educação Especial é uma modalidade de ensino presente em todos os níveis de escolarização e a formação docente deve levar em consideração em seu currículo a importância de como formar o futuro profissional para atuar com os educandos público-alvo desta.

A Educação Especial mudou muito no Brasil. Derivada de muitas lutas, saímos de uma educação de modelo excludente para um paradigma voltado para uma educação mais inclusiva. O conhecimento histórico sobre o assunto pode ser fundamental para percebermos a sua real contribuição para a Pessoa com Deficiência e para a sociedade.

Salientamos a importância da preocupação que professores e futuros professores devem ter em não saírem despreparados do Ensino Superior para trabalhar com alunos com Deficiência. Pois “[...] a inserção dos alunos em sala de aula, como uma proposta para a inclusão, aliada à falta de formação e à qualificação necessária dos professores e o despreparo para ministrarem as aulas que abrangessem todos os alunos, é, na verdade, um processo de exclusão” (SANTOS; CARVALHO; LOBATO, 2020, p. 11). O olhar não pode mais ser pela perspectiva de um aluno padrão, pois assim o aluno com Síndrome de Down pode ser reduzido a um conceito que gera barreiras para sua inclusão. Afinal, ao contrário da Deficiência Física, por exemplo, o conceito da Deficiência Intelectual menciona existir déficit intelectual que pode

muitas vezes os professores duvidarem das potencialidades destes educandos. Neste sentido, pensar em um debate que possa discutir formas de ensinar com característica inclusiva ao público com Deficiência Intelectual, especificamente a Síndrome de Down, pode fornecer caminhos para que os futuros professores sejam mais acessíveis e a inclusão seja garantida.

Para que o professor em formação se sinta cada vez mais preparados para atuar com o público-alvo de uma escola inclusiva, ele não pode esquecer de estar em constante aprendizado. A formação inicial é muito importante, mas o conhecimento se transforma a todo momento. O que aprendemos hoje, amanhã talvez já se tenha e é refeito e é importante se atualizar. Através da formação continuada teremos embasamento e expertise para que em nossa prática possamos nos afastar do senso comum e preconceitos.

De acordo com a pesquisa, foi então criado uma proposta didática, um produto educacional Guia orientador Somia21, para auxiliar os docentes de Educação Especial e que os alunos com Síndrome de Down possam ter aulas também prazerosas e com grande potencialidade de aprendizagem com professores de Educação Especial ou da sala regular, que possam oferecer como opção em seu ensino jogos educativos, através das Metodologias Ativas, contendo especificidades de uso por pessoas com Síndrome de Down, como por exemplo, evitar uso de objetos piscantes, utilizar frases diretas, sem pegadinhas e outros.

A dissertação de Suelen Estulano Marçal, 2020, que traz uma abordagem sobre “Uma proposta de capacitação para elaboração de aulas de ciências inclusivas”, relata que diante de uma política educacional que desde meados do século XX vem se estruturando para promover um ensino cada vez mais acessível e inclusivo às pessoas com deficiência, o presente trabalho se propõe a desenvolver uma capacitação a professores ou futuros professores para a elaboração de aulas de ciências inclusivas.

Na dissertação, traz consigo argumentos questionáveis sobre a formação de docentes. No decorrer da análise, é notável o desinteresse dos acadêmicos na carreira docente. Hoje é consenso que elementos como a baixa remuneração, a falta de segurança e estrutura escolar, ausência de suporte familiar, entre outros fatores, estão afastando cada vez mais os jovens da ideia de se tornarem docentes. Muitos estudantes que fizeram parte da pesquisa, fizeram apontamentos e questionamentos específicos referente a algum familiar ou um conhecido demonstrando algum interesse em como saber lidar com determinada situação, porém, quando iniciava outro capítulo que dizia respeito sobre outro tipo de deficiência a atenção destes era ligeiramente reduzida, podendo-se constatar pelo retorno ao uso de celulares ou ausência da sala a partir do início do novo tema. Isto revela que quando o foco do conteúdo está distante da realidade do aluno, a predisposição para aprender, uma das condições necessárias para a

aprendizagem significativa, é comprometida. Deve-se questionar então a formação dos futuros docentes e qual é o real comprometimento destes com a qualidade da sua própria formação profissional.

Levando em consideração a Teoria da Aprendizagem Significativa que foi a base para o desenvolvimento desta dissertação, “...o aprendiz deve manifestar disposição para relacionar o novo material de maneira substantiva e não arbitrária à sua estrutura cognitiva, ou seja, o aluno deve estar disposto a aprender” (MOREIRA, 1982 - a respeito da Teoria de Ausubel). Podemos constatar que não há meios de propiciar uma formação devida aos futuros professores pela falta deste requisito fundamental para a aprendizagem significativa que é a disposição para aprender. A mudança na formação dos professores não basta ocorrer somente a nível acadêmico, mas deve se iniciar um pouco antes, ainda na infância e na formação social do indivíduo para que este compreenda a importância de se construir não somente uma educação inclusiva, mas também uma sociedade inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo trabalho exposto, compreende-se que para um ensino igualitário é necessário que a população como um todo, deve-se procurar formas de atender as necessidades que são demandadas. O trabalho destaca bastante a importância de uma formação continuada dos docentes, mas para essa formação os profissionais precisam sentir interesse, e o principal, ter oportunidades oferecidas a eles, como por exemplo; pós-graduação, cursos profissionalizantes, palestras e entre outros. E isso podemos realizar o sistema político, pois a iniciativa deve-se iniciar por eles. Foi analisando no decorrer da análise de dados, que muitos profissionais não se sentem preparados, ou muita das vezes, sentem dificuldades em incluir os alunos com Síndrome de Down, nas suas práticas pedagógicas, por conta da singularidade e individualidade de cada sujeito, mas para que isso seja efetivado com excelência, o docente necessita conhecer o aluno, conhecer sua particularidade, e fazer com que ele seja incluído de uma forma igualitária. Vale destacar, que a papel da família é de extrema importância no desenvolvimento educacional do aluno, pois de forma alguma deve-se haver o comodismo familiar, é sempre necessário procurar melhorias, principalmente quando há legislações que garantem um ensino de qualidade.

A inclusão não deve ser vista apenas como algo da atualidade, no contexto histórico abordado aqui na monografia, nota-se o tamanho sofrimento de pessoas com deficiências, para até hoje, mesmo com legislações que garantem igualdade, ainda serem sujeitos que sofrem a exclusão, justamente pela sociedade ser desprovida de conhecimento. Atualmente, ainda se encontra pessoas que falam que pessoas com deficiências, são pessoas que nasceram doentes, por eu ser irmã de uma criança com Síndrome de Down, já ouvi diversas vezes esse termo, o que me causa um tamanho desconforto e enfurecimento.

Então, diante de toda abordagem, chega-se a concluir que é obrigação de todos, do sistema político, da gestão educacional, da família, da sociedade, para que a inclusão seja efetivada da forma correta, respeitando as individualidades e singularidades de cada indivíduo. No meio educacional, o docente precisa incluir todos os alunos, e para isso, é necessário conhecer as necessidades de cada um, para que a prática pedagógica, ou até mesmo seus resultados, não sejam frustrantes. E como dito antes, deve ser oferecido aos docentes o suporte, para que eles realizem uma formação continuada para atender as necessidades que são expostas a eles.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Para entender a Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: WARK, 2011.

ALVES, Cristiane Ferreira. **Práticas que incluem: o lugar das crianças com Síndrome de Down no cotidiano da educação infantil no Distrito Federal (2022-2023)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

ANDRADE, Thália Montenegro de. **Proposta didática para atividade curricular Educação Especial/Inclusiva, de criação de app inclusivo e potencializador da Tríade Funcional da aprendizagem ao público Síndrome de Down**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Neri de Barros. **Da exclusão à inclusão: aspectos históricos**. Campinas: UniCamps Digital, 2020.

ASSIS, O. Q.; POZZOLI, L. **Pessoa com deficiência: direitos e garantias**. 2. Ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CANZIANI, M. L. **Crianças deficientes, psicodiagnóstico**. Educação, 1995.

CONCEIÇÃO, Aparecida de Fátima. **A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular: desafios e possibilidades**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

DUARTE, Daiane. **Psicologia e a pessoa com deficiência: o conceito de deficiência**. p. 15, jul. 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 2024.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Inclusão**. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusao>. Acesso em: 2024.

ESTULANO, Suelen Marçal. **Uma proposta de capacitação para elaboração de aulas de ciências inclusivas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz, 2008.

GUNDIM, Ana Paula de Oliveira; ALMEIDA, Maria Isabel da Cunha. A importância do lúdico no desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, v. 20, n. 32, p. 153-170, 2007.

LORENTZ, L. N. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas com deficiência**. São Paulo. LTr, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MARCELINO, Camila Rayane Brito. **O uso do lúdico e jogos como recursos didáticos no ensino de adição para alunos com Síndrome de Down**. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal, 2022.

MITTLER, Peter. **Educando crianças com necessidades especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MOURA, Gabriela Molina. **Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

MONTEIRO, Iolanda. **Práticas pedagógicas e a inclusão escolar: construindo uma escola para todos**. São Paulo: Vozes, 2015.

MOREIRA, M. A. (Org.). **A teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel**. Campinas: Papirus, 1982.

PIOVESAN, R. K. **Direitos humanos e o direito constitucional**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEZZINI, Rosemeire. Formação docente para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 15-30, 2018.

QUEIROZ, Arthur de Medeiros. **Podcasts acessíveis sobre os aspectos educacionais e sociais da síndrome de Berardinelli e síndrome de Down**. 2021. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal, 2021.

REIS, Valmira dos Santos. **Metodologias no ensino de ciências para alunos com Síndrome de Down nas escolas estaduais de Goiás**. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Goiás, 2022.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas com têm deficiência. In. SASSAKI, R. K. **Vida independente história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SARTORETTO, Lúcia. **Inclusão escolar e práticas pedagógicas: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2006.

STRATFORD, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down**. Tradução de Lucia Helena Reilly. Brasília: Corde, 1997.

STRATFORD, Brian. **Síndrome de Down: compreensão e intervenção precoce**. São Paulo: Manole, 1997.

STRATFORD, Brian. **Educação inclusiva: da teoria à prática**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SILVA, Cláudia Pereira da. **A educação inclusiva na perspectiva dos professores de educação física da rede estadual de ensino. 2002**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SCHWARTZMAN, José. **A criança com Síndrome de Down: aspectos do desenvolvimento e suas implicações pedagógicas**. São Paulo: Pioneira, 1999.

SILVEIRA, André Luis Ferreira da; SARAIVA, Kátia. O desenvolvimento cognitivo de crianças com Síndrome de Down: análise de práticas educacionais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 109-128, 2012.

SILVA, Fabiana Aparecida da. **A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. 2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SOUSA, Sandra Maria da Silva et al. **Educação inclusiva: desafios e perspectivas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais**. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Emília; CARVALHO, Luciana de; LOBATO, Renata. Formação de professores para a educação inclusiva: o impacto das políticas públicas na prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 11-25, 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

WERNECK, Claudia. **Vencendo a diferença: um novo olhar sobre a educação inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.